

**TREINAMENTO  
ESPORTIVO NA  
ESCOLA - Como ser  
professor de turmas  
de treinamento na  
escola**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grato à minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Sou grato ao meu Técnico, mentor e grande incentivador em tudo que faço Hélio Roberto Cabral.

Agradeço à minha namorada Beatriz Tauana que sempre esteve ao meu lado durante o meu percurso acadêmico.

# INTRODUÇÃO

.....1.

## MODALIDADES-SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

.....13

### 1.1. Educação Física Escolar no Brasil

..... 14

## 2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – O FOCO NOS ESPORTES

..... 17

### 3.JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS

..... 18

#### 3.1. Jogos Escolares do Estado de São Paulo

..... 19

## 4.ATIVIDADES CURRICULARES DESPORTIVAS

..... 21

### 4.1. Histórico

.....21

4.2. Atividades Curriculares Desportivas nos dias  
atuais ..... 22

### 4.3. Currículo oficial do Estado de São Paulo

..... 25

### 4.4. Currículo da Educação Física

..... 26

## 5.COMO O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DEVE PROCEDER PARA MONTAR TURMAS DE ACD'S

..... 29

5.1. Plano anual de trabalho das atividades  
curriculares desportivas- resolução SE 4, de  
15/01/2010

..... 32

## INTRODUÇÃO

As aulas de Educação física são nomeadas por grande parte dos alunos como a melhor aula da imensa grade curricular na qual eles são submetidos, conhecido pelo seu aspecto preventivo e sua relação muito próxima com a saúde e o bem-estar dos alunos. O ensino da Educação física é muito significativo e deveras muito importante para o desenvolvimento cognitivo e motor dos alunos, mas muitas vezes sua importância é pouco reconhecida pelos próprios pais de alunos e por parte da sociedade (Grupo VOLL, 2017).

O ensino da educação Física escolar deve ter pôr como objetivo a formação do educando. Segundo Betti (1992) irá produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, qualificando-o para desfrutar os jogos e os esportes.

Além disso segundo Betti (1992) as danças, as lutas, as ginásticas e práticas de aptidão física são parte da cultura corporal, em proveito do exercício crítico dos direitos e deveres do cidadão para o desenvolvimento da qualidade de vida humana.

Um dos focos principais da educação física é despertar nos alunos o interesse em desfrutar das atividades coletivas e ao mesmo tempo descobrir suas características físicas e reconhecendo -se , além de respeitar seus próprios limites e de outros indivíduos da sociedade .

Desde os jogos e brincadeiras até aos esportes de alto rendimento a educação física busca estimular o aluno a ter atitudes como responsabilidade , dignidade, respeito para com o próximo, valorizando, conhecendo e aceitando a exposição da cultura corporal dos diferentes grupos, transfazendo em meios para o convívio entre pessoas de diferentes círculos sociais ( Grupo Voll , 2017 ) .

Para Finck (2011) o esporte, nas aulas de educação física deverá buscar o desenvolvimento de objetivos educacionais e seu encaminhamento metodológico deverá incluir estratégias que priorizem vivências de ensino aprendizagem que possibilitem aos alunos o desenvolvimento da autonomia e da convivência, atendendo princípios da inclusão, da diversidade e da participação (FINCK 2010)

Segundo Ramos e Neves (2008, p. 2) o termo iniciação esportiva é conhecido mundialmente como um processo cronológico no transcurso do qual um sujeito toma contato com novas experiências regradas sobre uma atividade físico-esportiva.

A iniciação esportiva tem como objetivo o desenvolvimento da criança, sem competições regulares, podendo ser praticado uma ou mais modalidades ( RAMOS e NEVES, 2008) .

Nesta perspectiva percebe-se a importância da atividade física na vida dos alunos desde os primeiros anos de vida até as demais idades no ensino regular, sendo assim, percebe-se a necessidade de se observar como é aplicado a iniciação esportiva nas escolas.

Por isso o após anos as instituições buscam organizar novos eventos e fomentar nos alunos o interesse pela pratica desportiva com mais frequência e em maior número, acontecem os jogos escolares, que são competições envolvendo vastas modalidades esportivas que são formadas por alunos selecionados para representar suas unidades de ensino.

Grande parte dessas competições seguem os moldes e rituais do esporte espetacularizado, onde há uma lógica de rendimento/produktividade e não da participação recreacional dos alunos/atletas. A organização, as regras e os objetivos dos jogos escolares se confundem em muitos aspectos com os procedimentos do sistema esportivo institucionalizado (SAWITZKI, 2010).

Os eventos esportivos demandam uma série de preparativos por parte dos professores que ministram as aulas de educação física desde a busca por alunos interessados até o ensino e a prática das mais variadas modalidades oferecidas pela escola, buscando despertar nos alunos o interesse pelas práticas esportivas e na prevenção do sedentarismo, tentando ao máximo não perder os seus ideais pedagógicos.

# 1.MODALIDADES - SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

No estado de São Paulo foi adotado um programa para gerir a prática da atividade física em ambiente escolar, denominado “ Atividades Curriculares Desportivas”, A legislação do estado de São Paulo que definiu as turmas de Atividades Curriculares Desportivas (ACDs) se deu em 2001, antes disso, ocorriam as Turmas de Treinamento Desportivo.

Os professores de educação física das escolas estaduais de São Paulo possuem a opção de trabalhar com estas turmas que, podem ser criadas por eles ou já existentes na escola, são contabilizadas na carga horária docente e entram na atribuição de aula.

Uma das maiores motivações para a formação das turmas de atividades curriculares desportivas é a participação dos alunos nas diversas competições escolares no âmbito municipal, estadual e em casos mais extremos a disputa de campeonatos nacionais escolares. Especialmente no estado de São Paulo é realizado ano a ano os Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP).

Nesse evento organizado pelas Secretarias de Esportes, Secretaria da Educação, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação todas as unidades de ensino se reúnem para a disseminação do desporto escolar no estado, tendo como objetivo principal a promoção da atividade física, promovendo a iniciação dos alunos nas competições de base, integrando os alunos do ensino fundamental e médio das mais de 5 mil escolas estaduais. (SÃO PAULO, 2020)

Segundo o 1º artigo do regulamento que contém as normas do evento, o Jogo tem por objetivo favorecer formação social e pessoal dos alunos/atletas, contribuindo para a descoberta de novos talentos para possíveis indicações aos programas de incentivo ao esporte mantidos pelo governo do Estado, tais como, o "Bolsa Mérito Esportivo" e "Centro de Excelência Esportivo" e fomentando o desporto escolar. (SÃO PAULO, 2020)

Segundo dados da Secretaria de esportes do Estado de São Paulo os Jogos Escolares paulistas são considerada a maior competição de escolares da América Latina, o JEESP reúne anualmente cerca de 360 mil alunos, tendo sempre a expectativa de superar esses números anualmente, reunindo modalidades tradicionais e paraolímpicas. (SÃO PAULO, 2020)

Dentre as modalidades, coletivas e individuais (masculinas e femininas), estão: Atletismo, Atletismo Paralímpico, Badminton, Basquete, Bocha Paralímpica, Ciclismo, Futsal, Goalball, Futebol de cinco, Futebol de sete, Natação, Natação Paralímpica, Tênis de Mesa, Tênis de Mesa Paralímpico, Tênis em cadeira de rodas, Vôlei, Vôlei sentado, Vôlei de Praia e Xadrez.

A inscrição dos alunos no evento é de responsabilidade do professor de educação física através de ofício a diretoria de ensino.

Como forma de incentivo a descoberta de novos talentos, o governo estadual por meio da Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude mantém o programa Bolsa Talento Esportivo que prevê a concessão de auxílios para atletas de diferentes níveis de rendimento das mais variadas modalidades esportivas, proporcionando melhores condições de treinamento e maiores projeções de performance. Os valores de auxílio podem variar de R\$ 415 a R\$ 2490 mensais, de acordo com categoria e modalidade do atleta beneficiado. Ao proporcionar melhor qualidade de treinamentos, esse benefício está contribuindo para uma maior conquista de medalhas por atletas representantes do estado em competições nacionais e internacionais. (SÃO PAULO , 2020 )

Para aumentar o incentivo a pratica esportiva no estado , foi criada através da LEI N° 13.918, DE 22 DEZEMBRO DE 2009 , a lei Paulista de incentivo ao esporte que possibilita as empresas do estado patrocinar projetos esportivos , onde é renunciado até 3% do ICMS pelo estado, que abrirá mão de impostos para que as empresas ´possam investir diretamente em projetos esportivos aprovados pela Secretaria Estadual de Esporte , Lazer e Juventude. ( SÃO PAULO , 2020).

## 1.1. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL

Discutir sobre a Educação física escolar é bem complexo, pois percebemos que no mesmo tempo que é uma das matérias mais amadas pelos alunos, ainda é também a mais desvalorizada na grade escolar , na maioria das vezes , pelos próprios professores nos corredores da escola.

Segundo o CONFEF (2002) , no Brasil a Educação Física foi pensada enquanto prática nas escolas com propósitos profiláticos , morais e culturais . Por falta até mesmo de formação adequada, muitos professores chamados no passado de instrutores aplicavam para os alunos exercícios praticados nos quartéis. As atividades em grande parte eram inspiradas nos métodos ginásticos estrangeiros, onde cada método objetivava determinados exercícios. Soares afirma que os chamados métodos ginásticos tais como o sueco, o francês, o alemão, o natural de Herbert , a Educação Física Desportiva Generalizada , entre outros , não se configuram como métodos mas como sistematizações de exercícios físicos .

Segundo Finck (1995) o método sueco criado por Peer Henich Ling , foi um avanço para a ginástica e suas sistematizações, servindo de base para a criação de novas sistematizações. Em meados da década de 1950 a Educação Física Brasileira sofreu interferência do método criado pelo Instituto Nacional de Esportes na França, denominado "Educação Física Generalizado " , onde foi incorporado as aulas o método esportivo , se ajustando aos métodos sueco , francês , alemão e o natural de Herbert. ( FINCK (1995).

Alguns teóricos brasileiros, especialmente Betti (1991) pontuaram que na Educação Física Brasileira prevaleceram apenas 3 métodos ao longo da história, sendo ele o Francês, o Desportivo Generalizado e o Esportivo. O Método Francês era caracterizado pelo comando e os conteúdos dentro da formalidade. O Método Desportivo Generalizado propôs a iniciação nos esportes aos alunos, levando a performance física e técnica, substituindo os exercícios feitos por obrigação pela promoção do prazer na realização da atividade, criando gosto pelo lúdico e pelo belo.

A Educação Física Brasileira tem por característica ser influenciada por vários setores da sociedade , o primeiro setor a exercer grande influência foi a classe médica que foi precursora da concepção Higienista/ Eugenista da Educação Física , essa fase tinha como característica a higiene e prevenção de doenças e desenvolvimento de atitudes cívicas e morais , o eugenismo era baseado na ideia de melhorar a qualidade genética dos brasileiros, objetivando também a formação de mulheres fortes e sadias para gerarem bons filhos para defenderem a pátria em futuros conflitos. Essa concepção Higienista / Eugenista predominou no Brasil até por volta dos anos 1930. Com a primeira Guerra Mundial e as grandes transformações no mundo durante esse período , o Brasil passa por um processo de golpe militar onde os militares passaram a influenciar a educação física brasileira com o intuito de formar jovens fortes e vigorosos que se tornarão aptos a defenderem a pátria .

Após a segunda Guerra Mundial com o surgimento de movimentos industriais no Brasil , após a segunda Guerra Mundial com o surgimento de movimentos industriais no Brasil , a Educação Física foi influenciada pelo movimento tecnicista que objetivava o desenvolvimento de movimentos específicos para o trabalho ,onde o ensino era voltado para o desenvolvimento de uma nação apta ter mão de obra qualificada nas atividades industriais e fabris.

Após a instauração do regime ditatorial no Brasil imposto pelos militares voltou- se o foco para a melhora de gestos técnicos e na busca por talentos esportivos , com grande foco na competitividade , onde os militares tinham como objetivo transformar o Brasil em uma potência esportiva , prevalecendo o movimento esportivista com foco na formação de atletas de alto nível para representar o país em competições internacionais , onde os talentos eram selecionados na escola , nessa época a disciplina tinha uma característica bem seletista onde os mais habilidosos eram selecionados e os menos habilidosos pouco participavam das aulas .

A partir do ano de 1971 passou a vigorar no país a lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Brasil 1971), que reforçava a Educação Física no contexto escolar, explicitando sua obrigatoriedade em todos os níveis de ensino. Logo após essa data começou a surgir novos debates acerca de como a educação Física deveria se portar diante de seus novos desafios já que passa a ser uma disciplina obrigatória durante todo o ciclo educacional dos estudantes brasileiros , conforme novos debates iam surgindo novas áreas de conhecimento com importantes mudanças no seu referencial teórico e científico , principalmente com a criação de programas de mestrado e doutorado no Brasil e também da chegada de brasileiros que fora cursar em programas de pós graduação internacional.Com o desenvolvimento de novos conhecimentos a educação Física teve como resultado um número expressivo de propostas inovadoras para a disciplina no país , tendo como exemplo a abordagem pedagógica Critico Superadora de Mauro Betti , que teve grande influência da Sociologia e Filosofia.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - O FOCO NOS ESPORTES**

Até metade do século XX a Educação Física Escolar Brasileira sempre sofreu influência das instituições militares e logo após sendo influenciada pelas instituições esportivas.

Segundo o CONFEF (2002) , o Plano Nacional de Educação Física e Desporto de 1976/1979 , evidencia a predominância do esporte como conteúdo a ser desenvolvido pelos professores em sala , usando as aulas de Educação Física para aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível esportivo em competições e intensificar a prática do desporto em massa.

Assim a preocupação principal era voltada ao desempenho atlético dos alunos deixando de lado os princípios do desenvolvimento do esporte na escola como forma de educação e a formação total dos alunos.

Nos dias atuais ainda alguns professores utilizam essa metodologia tradicional e tecnicista limitando os alunos apenas nas dimensões técnica e tática, dando a eles uma rasa visão sobre prática da modalidade , não desenvolvendo um conhecimento integral e sua vivência com a modalidade muitas das vezes são pouco significativas.

Outro fator limitante para o conhecimento integral dos alunos é que eles são vistos sempre como um atleta em potencial, na qual é cobrada a excelência técnica , desconsiderando o caráter lúdico e prazeroso das atividades físicas , levando ao desinteresse e a falta de motivação dos alunos a fazer as atividades propostas .Dessa maneira onde são priorizados o desempenho humano e os seus resultados , a atividade física perde o seu valor educacional e não contribui para a formação do educando.

Segundo Finck (2011) o esporte na escola deve ser tratado pedagogicamente como o mais importante fenômeno sócio- cultural de nossa época e que todos os alunos devem usufruir desse saber .

O esporte competição contou com a enorme influência da abordagem competitivista que dominou o país durante o período de ditadura militar desde 1964 até meados dos anos 1980 onde foram surgindo novas abordagens e psicologias voltadas para uma nova sociedade, ao passar dos anos novas abordagens pedagógicas foram criadas por professores que foram cursar mestrado fora do país tendo grande influência da psicologia, Filosofia , Sociologia e Fisiologia do Exercício .

Com o surgimento das novas abordagens o esporte ganhou um novo foco , tendo grande ênfase no desenvolvimento social do aluno e nas relações interpessoais , dando a educação Física um status mais social , ganhando espaço na área de linguagens, sendo ela um tipo de linguagem , no caso a linguagem corporal e afetiva.

### **3. JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS**

No final década de 1960 o ministério da Educação ( MEC ) decidiu criar uma competição nacional de desporto escolar com intuito de favorecer a integração entre as escolas do país e fomentar a descoberta de talento esportivo , denominados inicialmente de JOGOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (JEBS) desde sua primeira edição , essa competição escolar já foi denominada como Jogos Estudantis Brasileiros, Campeonatos Escolares Brasileiros (Ceb ´s), Olimpíada Colegial da Esperança (OCE), Jogos da Juventude (JJ) e a atual Olimpíada Escolar (OE).Inicialmente a responsabilidade organizacional do evento ficou por conta da Divisão de Educação Física e Desporto do MEC (DEF/MEC).

Algum tempo depois esse órgão foi substituído pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC) e posteriormente a Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED/MEC) ficou como responsável institucional da Educação Física e desporto no Brasil, assim sendo , o organizador oficial da maior competição de âmbito escolar no país .

No ano de 2003 essas duas entidades ganhou o apoio do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) na organização dos jogos, ganhando novas preocupações como vê-se a preocupação com o desenvolvimento integral do aluno, valorizando o caráter educacional e dando ênfase ao acesso ao esporte dentro das escolas. Com a promulgação da Lei Agnelo Piva- Lei 10. 264/01, o COB a partir de 2004 passou a receber 10% dos recursos das loterias federais para a realização dos Jogos, passando a ser a principal fonte de recursos do evento que aumentou o número de alunos participantes e que a cada ano ganha status de maior competição escolar do país. (ARANTES, 2001) .

A partir de 2005 as " Olimpíadas Colegiais " são denominados Olimpíadas Escolares, com a parceria entre o Ministério do Esporte (ME), Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a rede Globo de Televisão . Anos mais tarde passa a se chamar Jogos Escolares da Juventude, atendendo a solicitação do Comitê Olímpico Internacional (COI), que preserva o uso da expressão " Olimpíadas " , na qual o mesmo é detentor dos direitos ligados a expressão.

Ao escolher tal nome o COB segue o conceito da mais abrangente competição escolar do mundo, os Jogos Olímpicos da Juventude, na qual teve sua primeira edição realizada no ano de 2010, na Cingapura, onde aproximadamente 35 atletas representaram as cores brasileiras.

Embora conforme passa os anos os campeonatos estudantis mudam de nomenclatura , o objetivo e características das competições escolares se mantém firme na descoberta de novos talentos , embora as competições de nível estadual , nacional e na esmagadora quantidade de vezes são vencidas por alunos atletas federados e que são contratados por clubes de alto rendimento ou fazem parte de programas municipais de desenvolvimento de atletas, onde já possuem vivencias competitivas , com possíveis títulos conquistados na modalidade e fazendo uso de bolsas de apoio esportivo como o bolsa talento esportivo estadual e do programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte destinadas a atletas bem colocados no ranking das confederações nacionais dos respectivos esportes.

### **3.1. JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Ao mesmo tempo que foram criados os Jogos Estudantis Brasileiros, também surgiu no Estado de São Paulo os Jogos Estudantis do Estado de São Paulo que iniciava as práticas esportivas competitivas entre os escolares do estado e servia como classificação para a fase nacional.

A LDB ( Lei de Diretrizes e Bases ) nos apresenta que as escolas devam promover ações que difundem o tema do conteúdo " Esporte " , também previsto no Currículo do Estado de São Paulo , onde difundem a prática de aprendizados técnicos e Táticos de uma modalidade específica , mas orienta que essas propostas sejam ministradas em aulas específicas para a iniciação da modalidade, assim como acontece no Estado de São Paulo , que tem o programa de Atividades Curriculares Desportivas , onde os professores de Educação Física podem proporcionar aos alunos a adaptação a todas as fases de aprendizado da modalidade predileta dos estudantes.

O Estado de São Paulo integrou em seu currículo pedagógico as turmas de ACD que proporciona aos alunos as mais variadas modalidades, além de seguir as temáticas vinculadas as COESP , já que a escola mantém as turmas de ACD para o ensino do conteúdo Esporte , os docentes não podem abordar o tema Esportes com maior prevalência em suas aulas, pois corre o risco de excluir os alunos que possuem menor aptidão física , desestimulando os alunos que deixam de participar das aulas , deixando de cumprir a proposta curricular.

Caberá ao professor responsável pelas Atividades Curriculares Desportivas desenvolver a iniciação esportiva nos alunos, seguindo as fases de adaptação ao esporte. Ramos e Neves (2008, p. 2) nos fala que “o termo iniciação esportivo é conhecido mundialmente como um processo cronológico no transcurso do qual um sujeito toma contato com novas experiências regradas sobre uma atividade físico-esportiva” Almeida (2005) apud Ramos e Neves (2008) nos sugere que as iniciações sejam trabalhadas pelo professor em 3 fases.

A primeira fase pode ser definida como a iniciação desportiva em si , sendo trabalhada dos 8 aos 9 anos , onde serão trabalhadas o aprendizado de movimentos e a aquisição de habilidades motoras . (Almeida, 2005 apud Ramos e Neves, 2008).

A segunda etapa visa aperfeiçoar as habilidades motoras adquiridas anteriormente, já sendo inseridos as habilidades técnicas e táticas da modalidade, podendo ocorrer dos 10 aos 11 anos de idade dos alunos(Almeida, 2005 apud Ramos e Neves, 2008).

O terceiro e último estágio ocorrerá entre os 12 e 13 anos de idade ,onde será introduzido os princípios do treinamento , bem como o desenvolvimento físico e intelectual ,desenvolvendo aos alunos as qualidades físicas .



Nos dias atuais as crianças que iniciam muito cedo no esporte ou que pulam etapas de seu desenvolvimento motor poderão ter problemas com a especialização precoce , que pode ser definida por Ramos e Neves (2008, p. 1) “a especialização precoce é o termo utilizado para expressar o processo pelo qual crianças tornam-se especializadas em um determinado esporte mais cedo do que a idade apropriada para tal” , bem como para Barbanti ( 2003) apud Barbieri, Benites e Machado ( 2007) a Especialização precoce é quando as crianças aprofundam seus conhecimentos técnicos, táticos e físicos em certo esporte, em uma idade não condizente com este tipo de aprofundamento.

Será de obrigação do professor desenvolver as capacidades e qualidades físicas dos alunos, respeitando as fases de seu desenvolvimento intelectual e motor.

No estado de São Paulo os Jogos Escolares são disputados de forma descentralizada onde cada diretoria de ensino realiza sua primeira etapa competitiva para selecionar sempre os campeões de todas as provas individuais disputadas e também as equipes vencedoras dos esportes coletivos .

Logo após a seleção dos campeões de todas as modalidades é realizada a final estadual onde os vencedores de cada Diretoria de Ensino se reúne pra disputa da Etapa final dos Jogos , em geral , em grande parte das vezes todos os atletas se reúnem em uma cidade escolhida pela secretaria da educação para a disputa do campeonato.

Os vencedores de todas as provas são selecionados para representar o time São Paulo nos Jogos da Juventude , que é considerada a etapa nacional , que conta até com cobertura televisiva , especialmente pela maior rede de comunicação do país.

#### **4.ATIVIDADES CURRICULARES DESPORTIVAS**

Segundo Gomes (2017) no início da década de 1970 foi implantado no estado de São Paulo projetos esportivos na rede pública estadual de educação, um desses projetos partiu da criação das Turmas de Treinamento nos ciclos Ginásial e Colegial de ensino.

Levando em conta que essas equipes de treinamento foram formadas no momento em que o país estava vivendo uma violenta ditadura , comandada pelos militares .As turmas existentes mantinham como objetivo central a descoberta de novos talentos e a formação de futuros atletas de alto rendimento, para possíveis conquistas de medalhas em campeonatos nacionais e internacionais (BARROSO; DARIDO, 2006).

As antigas Turmas de treinamento tinham por objetivo preparar os alunos para a participação em torneios oficiais, jogos escolares e olimpíadas estudantis, o foco do treinamento era o aprimoramento técnico-esportivo das modalidades esportivas (SÃO PAULO, 1971).

Essa mesma resolução publicada no ano de 1971 discorria sobre as normas que iriam regulamentar as Turmas de Treinamento, onde era obrigatório a frequência por parte dos alunos e também considerada como aula de educação física, por isso, os alunos integrantes das Turmas de Treinamento eram dispensados de frequentar as aulas regulares de Educação Física, onde a carga horária semanal era estabelecida pelo diretor da escola.

A resolução Secretaria da Educação (SE) nº 9, de 16-03-72 regulamentou as categorias e as respectivas idades para estas Turmas de Treinamento:

Parágrafo único - Os estabelecimentos que organizarem turmas de Treinamento para cada modalidade de esporte de diferentes categorias: A - Mirim até 13 anos completos. B - Infantil até 15 anos completos. C - Juvenil Até 18 anos completos. São obrigados a participar do Campeonato Colegial do Estado de São Paulo de acordo com o Decreto 51.607 de 31-3-1969 (SÃO PAULO, 1972, p.19).

Após isso as Turmas de Treinamento passaram por outras Resoluções como a SE nº 11, de 18-01-80; SE nº 90, de 03-05-83; SE nº 19, de 28-01-87, sem alterações relevantes, até a SE nº 275, de 30-12-93 que definiu que os alunos inscritos não seriam mais dispensados de frequentar as aulas de Educação Física .

As turmas deveriam ser formadas por no mínimo 16 e no máximo 20 alunos com participação obrigatória no Campeonato Escolar do Estado de São Paulo, sendo que o professor responsável que não inscrevesse e participasse do campeonato com sua turma sofreria certas punições , como a não atribuição de aulas no ano letivo seguinte (SÃO PAULO, 1993, p. 42-43).

As Turmas de Treinamento até sua extinção mantiveram o seu objetivo principal de desenvolvimento técnico desportivo dos alunos e formação de alto rendimento.

## **4.2 ATIVIDADES CURRICULARES DESPORTIVAS NOS DIAS ATUAIS**

Além das aulas previstas no Currículo Oficial do Estado de São Paulo (COESP ) no conteúdo Esporte , fica a disposição do professor a possível criação das Turmas de Atividades Curriculares Desportivas que é uma iniciativa da Secretaria Estadual da Educação para o ensino das mais variadas modalidades esportivas .

Conforme as ACD, segundo a Resolução SE 4 de 15-1-2016, que altera os dispositivos da Resolução SE 3 de 01/09/2015, que dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas nas unidades escolares da rede pública estadual em seu 12 ° artigo diz:

A aulas de aulas das turmas de Atividades Curriculares Desportivas - ACDs referentes a turmas já homologadas, quer sejam novas ou mantidas do ano letivo anterior, não pode se realizar no processo inicial de incentivo de aulas e aulas, devendo ocorrer somente a partir do mês de março.

Preferencialmente a docentes titulares de cargo, inclusive para constituir jornada de trabalho, que não tenha sido atendida no processo inicial e / ou que convidada por aulas de disciplina não decorrente de sua habilitação, respeitado o limite de, no máximo, 2 (duas) turmas na constituição da Jornada Inicial de Trabalho Docente.

A Resolução SE 4, de 15-1-2016 trata da natureza das ACD considerando a importância da prática do esporte nas escolas, como espaço de vivência de relações interpessoais que contribuem para a ampliação das oportunidades de exercício de uma cidadania ampla e consciente; a necessidade de se promover a integração e a socialização dos alunos em atividades competitivas e / ou recreativas, com vistas à futura participação de suas escolas em campeonatos e competições de esfera estadual, nacional e internacional. ( SÃO PAULO , 2016).

No 1º artigo da Resolução SE 4, de 15-1-2016, nos fala dos objetivos da ACD que são destinar a prática das diferentes modalidades esportivas, sendo parte integrante da proposta pedagógica da unidade escolar. No seu 2º artigo trata das dimensões das turmas que segunda a resolução será constituída de no mínimo 20 alunos, organizados por modalidade, categoria e gênero, na qual as aulas serão desenvolvidas em turno contrário ao horário regular, em no mínimo duas e no máximo 3 aulas semanais.

No seguinte artigo complementa acerca dos horários, onde podem ocorrer em horário noturno ou aos sábados, ainda corroborando que as atividades não podem comprometer a dinâmica das atividades previstas na proposta curricular da escola.

Segundo a Resolução SE 4, de 15-1-2016 fala acerca da responsabilidade da equipe gestora, subsidiada pelos profissionais da educação física da organização das turmas e das propostas previstas pra modalidade, na qual a natureza das modalidades e categorias sejam coesas com o currículo da educação física e com objetivo curricular.

O professor tem a liberdade de ministrar treinamentos de muitas modalidades esportivas tais como Atletismo, Basquetebol, Badminton, Damas, Futsal, Handebol, Nataçãõ, Rúgbi, Tênis de Mesa, Voleibol, Vôlei de Praia e Xadrez, também incluso como modalidades de Luta, como a Capoeira, Judô e Karatê, bem como as modalidades de Ginástica, sendo a Ginástica Artística, Ginástica Geral e Ginástica Rítmica.

O artigo 4 dispõe sobre as categorias permitidas, que podem ser subdivididas em Prémirim (de alunos com até 12 anos completos no ano), Mirim (de alunos com até 14 anos completos no ano), Infantil (de alunos com até 17 anos no ano completos) e Juvenil (de alunos com até 18 anos completos no ano ou mais). O número máximo de turmas de ACD serão estabelecidas de acordo com número de classes vinculadas a escola, onde até 6 classes podem ter 4 turmas, de 7 a 12 classes, serão criadas 8 turmas de treinamento, de 13 a 20 classes, serão mantidas 12 turmas e a escola que apresentar mais de 20 classes, será permitida a manutenção de no máximo 16 turmas.

Caberá a direção da escola a apresentação a Diretoria de ensino os dados em relação ao plano de trabalho docente e a proposta pedagógica local, bem como as informações pessoais e documentação dos alunos inscritos nas atividades, bem como caberá ao professor ter as autorizações assinadas pelos pais dos alunos, mantendo essas informações arquivadas na escola , repetindo essas autorizações quando o aluno participar de jogos , competições ou eventos a serem realizados em locais oportunos.

Caberá ao Conselho de Escola antes do final do ano letivo registrar o seu parecer sobre a manutenção ou não das turmas para o ano seguinte, a mudança de horários das turmas, bem como as mudanças nas atribuições de aulas.

No 11º artigo da Resolução SE 4, de 15-1-2016 Faz saber que os alunos vinculados as turmas de Atividades Curriculares Desportivas não serão dispensados de frequentar as aulas regulares de Educação Física.

Apesar da Resolução SE 4, de 15-1-2016 pontuar que as aulas de Atividades Curriculares Desportivas devam atender as propostas curriculares previstas no Currículo da Educação Física , não são pontuadas em nenhum momento dentro das diretrizes previstas no Currículo Estadual Paulista , embora tenha resoluções previstas pela Secretaria da Educação , mesmo assim , se faz necessário um capítulo dentro do Currículo Paulista para dar suporte pedagógico para os professores que lecionam nas modalidades de ACD .

Há pouca produção acadêmica relacionada as turmas de Atividades Curriculares Desportivas, bem como as propostas pedagógicas voltadas aos educadores de ACD e como são vivenciadas as atividades propostas por outros professores nas demais escolas.

### **4.3 CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Segundo Rosa (2016) a partir da década de 1990 o sistema educacional brasileiro obteve um crescimento acima da média em todos os níveis de ensino. Para Sonnevile (2005) o MEC (Ministério da Educação) deixou de planejar as políticas públicas de educação pelo ensino superior e passou a organiza-lo pela base, proporcionando gratuitamente o ensino fundamental para todas as crianças brasileiras.

Currículo é definido por Moreira e Candau (2007, p. 21) como conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos, com intenções educativas, nas instituições escolares”, e também as experiências escolares que se desenrolam ao redor do conhecimento e das relações sociais partilhadas.

O governo de São Paulo, em 1995 buscando adaptar as novas exigências da educação e avanços tecnológicos, introduziu o sistema de ciclo nas escolas paulistas. O Ensino Fundamental foi dividido em (Ciclo I, de 1ª à 4ª série e o Ciclo II, de 5ª à 8ª série), buscando minimizar os efeitos da repetência e atraso escolar. (Rosa, 2016)

Para Eyng (2010, p.9) o currículo escolar prescrito no projeto pedagógico, “é a principal estratégia de definição e articulação de políticas, competências, ações e papéis desenvolvidos no âmbito do Estado, da escola e da sala de aula” No que se trata a Educação Física escolar a partir da implantação da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no ano de 1996, a disciplina deixa de ser facultativa, e passa a ser componente curricular obrigatório e parte integrante a proposta pedagógica da escola. (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 24) afirmam que: [...] o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo.

Assim, as políticas curriculares não se resumem apenas a propostas e práticas enquanto documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da educação. A partir da regulamentação da Educação física na Educação escolar.

Em 1997 o MEC publicou um novo documento com propostas mais atuais de educação e a concepção de mais ampla da educação física, denominado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Física para o 1º e 2º ciclos (1ª a 4ª série) do Ensino Fundamental e no ano subsequente a 2º parte desse documento para os 3º e 4º ciclos (5ª a 8ª série).a (DARIDO et al., 2001; KOLYNIK FILHO, 2012).

A valorização de um currículo que promove o desenvolvimento de novas competências acarreta em estimular os recursos múltiplos do (a) aluno(a) através da mobilização de estratégias, conteúdos, métodos e mediações por parte dos(as) professores(as), referentes à sua disciplina ou área de conhecimento (SÃO PAULO,2012; Rosa ,2016,p.29)

## **4.4 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Segundo o Currículo Paulista o ensino da educação física deve ser abordado segundo seus grandes nichos de conteúdo como o jogo, no esporte, a ginástica, a luta e a atividade rítmica. Onde sejam organizados e sistematizados pedagogicamente como saberes escolares relacionados às construções corporais humanas. (SÃO PAULO, 2012; BETTI et al, 2014) O conjunto de saberes referente a Educação Física prática em ambiente escolar é denominado pelo grupo de chamados Coletivo de Autores (2009) sugeriu o termo Cultura Corporal. Esses Autores definiram Cultura Corporal como:

[...] o acervo de formas de representações de mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 39).

A este respeito, Kunz (2006, p. 20) questiona a expressão “Cultura Corporal” por acreditar que não exista “nenhuma atividade culturalmente produzida pelo homem que não seja corporal”. Segundo Almeida (2005) o ensino da educação Física deve romper suas concepções tecnicista e dar ênfase para um ensino exclusivamente analítico e com uma reconstrução imaginativa.

O ensino da educação Física mesmo no ensino Fundamental deve seguir essa concepção, segundo Unger (2000, p.2), as práticas de crítica, experimentalismo, cooperação e dialética, que caracterizam os estágios mais complexas da aprendizagem humana e da pesquisa científica nos países mais adiantados, sendo os países de primeiro mundo.

Ghiraldelli Junior (1990), relata que as discussões relacionadas ao conteúdo da Educação Física devem passar por seu histórico, transformação pessoal, transformação pessoal de acordo com sua vivência, relações sociais e seu valor educativo.

Almeida (2005) afirma que os professores devem contextualizar e analisar o histórico dos conteúdos da educação física e transmiti- los aos alunos , respeitando o desenvolvimento e a experiência motora dos alunos . É necessário transmitir aos alunos os aspectos técnicos do esporte, bem como suas regras, relacionando com os aspectos sociais, econômicos e político.

A educação física escolar deve ser pensada como um componente curricular, que possibilita aos alunos a aprendizagem de novos conhecimentos e novas desenvolvimento de valências físicas. A compreensão dos conhecimentos acerca da construção do currículo da educação física deve ser priorizada pelos professores e estudiosos da área.

Quanto a presença da educação física como componente curricular obrigatório, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 20 de dezembro de 1996, LDB n.º 9394/96, afirma:



[...] que a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Sendo assim a Educação Física conquista uma certa importância no currículo escolar sendo obrigatória desde de ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e também no ensino Médio sendo obrigatória em todo ciclo da educação básica. O ensino da educação física deve abordar enquanto área do saber os aspectos globais e fundamentais para a formação universal do aluno.

Em relação a essas concepções Betti (1992) aponta que : [...] a Educação Física passa a ter a função pedagógica de integrar e Introduzir o aluno de 1º e 2º graus no mundo da cultura física, formando o cidadão que vai usufruir, partilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais da atividade física (o jogo, o esporte, a dança, a ginástica...) (p.285).

O ensino da educação Física na escola deve ser transmitida pelo professor de forma simples , com foco no processo de aprendizagem dos alunos , dando importância para a seleção dos conteúdos de ensino .

Para Libânio (1985, p. 39) [...] os conteúdos são realidades exteriores ao aluno que devem ser assimilados e não simplesmente reinventados, ele não são fechados e refratários às realidades sociais", pois "não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados é preciso que se liguem de forma indissociável a sua significação humana e social" (Libânio (1985, p. 39)

Como destaca Taffarel (1993): [...] o que vai dar o referencial para relevância da Educação Física e Esportes é sua possibilidade histórica de interferir politicamente para a construção de novas mentalidades, novas sensibilidades e uma nova sociedade.



## **5. COMO O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DEVE PROCEDER PARA MONTAR TURMAS DE ACDs**

As turmas de ACDs serão constituídas de, no mínimo, 20 (vinte) alunos, organizadas por modalidade, categoria e gênero, e suas atividades serão desenvolvidas em turno diverso ao do horário regular de aulas dos alunos envolvidos, em, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 3 (três) aulas semanais.

As aulas de ACDs serão desenvolvidas: I - ao longo da semana, em horário diverso ao das aulas regulares dos alunos e sem comprometimento da dinâmica das atividades previstas pela proposta pedagógica para aquele turno de funcionamento da unidade escolar, podendo ocorrer inclusive no período noturno; II - aos sábados.

As escolas poderão organizar até 1(uma) turma de ACDs por modalidade, categoria e gênero, desde que a natureza das modalidades e categorias propostas se justifique pela pertinência e coesão com o currículo de Educação Física e com a proposta pedagógica de que é parte integrante;

As turmas de ACDs serão organizadas nas seguintes modalidades: a) Modalidades de Esporte: Atletismo, Basquetebol, Badminton, Damas, Futsal, Handebol, Natação, Rugby, Tênis de Mesa, Voleibol, Vôlei de Praia e Xadrez; b) Modalidades de Luta: Judô e Karatê; As categorias das turmas de todas as modalidades de ACDs serão:

a) Pré-mirim (de alunos com até 12 anos completos no ano);

b) Mirim (de alunos com até 14 anos completos no ano);

c) Infantil (de alunos com até 17 anos completos no ano);

d) Juvenil (de alunos com até 18 anos completos no ano ou mais);

Para alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, poderão ser organizadas apenas turmas da categoria pré-mirim, das modalidades: Atletismo, Damas, Tênis de Mesa e Xadrez.

Para alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, poderão ser organizadas apenas turmas da categoria pré-mirim, das modalidades: Atletismo, Damas, Tênis de Mesa e Xadrez.

Os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com idade compatível com as demais categorias, poderão integrar turmas de todas as modalidades organizadas para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e das séries do Ensino Médio, desde que em quantidade que não ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de alunos participantes da turma e que o horário das atividades não coincida com o horário regular de suas aulas.

As turmas de ACDs das modalidades Basquetebol, Futsal, Handebol, Voleibol de todas as categorias, serão organizadas por gênero (masculino ou feminino) e as de Atletismo, Damas, Ginástica Rítmica, Judô, Karatê, Natação, Tênis de Mesa e Xadrez, de todas as categorias.

Poderão ser também de gênero misto, sendo que, se houver turma mista em determinada modalidade e categoria, não poderá haver, nessa mesma modalidade e categoria, turma do gênero masculino e turma do gênero feminino.

O número máximo de turmas de ACDs organizadas e mantidas na unidade escolar, na conformidade do disposto no artigo 4º, será estabelecido de acordo com o número de classes da escola, na seguinte conformidade:

- I - até 6 classes: 4 turmas;
- II - de 7 a 12 classes: 8 turmas;
- III - de 13 a 20 classes: 12 turmas;
- IV - Mais de 20 classes: 16 turmas.

É expressamente vedada a atribuição de aulas das turmas de Atividades Curriculares Desportivas - ACDs a docentes contratados, exceto se em substituição temporária de docentes em licença, sendo que, somente quando se tratar de aulas de turmas já homologadas e mantidas no ano anterior, é que poderão ser atribuídas no processo inicial, preferencialmente aos titulares de cargo, podendo constituir jornada de trabalho, exceto a Jornada Reduzida de Trabalho Docente, respeitados os seguintes limites máximos:

I – até 2 turmas, para o docente incluído em Jornada Inicial de Trabalho Docente;

II – até 3 turmas, para o docente incluído em Jornada Básica de Trabalho Docente;

III – até 4 turmas, para o docente incluído em Jornada Integral de Trabalho Docente.

Novas turmas de ACDs poderão ser formadas e homologadas no decorrer do ano letivo, observada como limite a data correspondente ao último dia útil do mês de agosto do ano em curso.

A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica-CGEB, visando orientar as autoridades em epígrafe e os professores de Educação Física das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de São Paulo, com relação ao que determinam os artigos 10 e 16 da Resolução SE 4, de 15-01-2016, comunica: 1.

Todos os professores de Educação Física que tiverem atribuídas, até a presente data, aulas de Atividades Curriculares Desportivas – ACD destinadas a turmas mantidas ao final do ano, deverão apresentar à direção da Unidade Escolar: 1.1 Até 15 de março: Plano anual de trabalho, por turma de alunos, contendo: a) Horário das respectivas aulas, observando que as mesmas deverão ocorrer em turno diverso daquele em que os alunos estudam, sempre dentro de um único turno, podendo, inclusive, ocorrer no período noturno e/ou aos sábados, conforme previsto pelo artigo 3º da Resolução SE 4, de 15-01-2016.

b) Lista completa dos alunos que integram a turma, contendo nome, RA, RG, data de nascimento e ano/série/classe de origem, de forma a assegurar eventuais ajustes no sistema, atentando para o fato de que a lista inicial de alunos matriculados poderá, no momento de planejamento e de definição de categoria da respectiva turma, ser acrescida de novo(s) participante(s), respeitado o mínimo de vinte (20) alunos por turma, conforme previsto no artigo 2º da referida Resolução. Observação: As unidades escolares, após o recebimento dos planos anuais de trabalho, deverão atualizar no sistema de Cadastro de Alunos (SED) todos os dados relativos às turmas de ACD (horário, categoria, alunos) cujas aulas tenham sido atribuídas. Alterações somente poderão ser efetuadas até o último dia útil do mês de março de 2019.

1.2 Até 22 de março, a Direção da Unidade Escolar deverá encaminhar, ao Núcleo Pedagógico da DE, cópia de todos os Planos das respectivas turmas de ACD, acompanhadas das respectivas listas devidamente atualizadas, expedidas pelo sistema de Cadastro de Alunos (SED), para fins de acompanhamento do Supervisor de Ensino responsável pela escola e pelo Professor Coordenador de Núcleo Pedagógico – PCNP de Educação Física, conforme § 4º do artigo 6º, da Res. SE 4, de 15-01-2016; 1.3 Até 29 de março, na conformidade dos dados contidos nos Planos Anuais de Trabalho apresentados pelas Unidades Escolares, a DE deverá atualizar no site da CGEB (Portal) a situação 2019 inicial das turmas de ACD. 2. Com relação a novas turmas de ACD, a serem homologadas na conformidade do artigo 8º da referida Resolução, deverá ser obedecido o seguinte fluxo: 2.1. De março até agosto para homologar. a) A DE recebe, analisa e homologa, na conformidade do artigo 4º da Res. 4 de 2016, os Planos da(s) nova(s) turma(s) em questão. ( São Paulo , 2016 )

5.1. Plano anual de trabalho Atividades Curriculares Desportivas Resolução se 4, de 15/01/2010. Ano letivo – 2020.

## **TIMBRE DA UNIDADE ESCOLAR**

Jaboticabal , de 2020.

Oficio nº: /2020

Assunto: Plano Anual de Trabalho das turmas de Atividades Curriculares Desportivas - ACDs

Vimos por meio deste, encaminhar a Vossa Senhoria o Plano Anual de Trabalho das Turmas de Atividades Curriculares Desportivas – ACDs em 02 (duas) vias, cópia da Ata do Conselho de Escola (01 cópia) e Ofício em 02 (duas) vias, informando as alterações em turmas de ACDs (quando houver) conforme solicitação contida na Circular /2018 de 2018.

Atenciosamente,

---

Carimbo e assinatura do(a) Diretor(a) Ilma.  
Sra. Irene Rocha Dirigente Regional de Ensino  
Diretoria de Ensino Região de Jaboticabal

## PLANO ANUAL DE TRABALHO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DESPORTIVAS

**Introdução:** (Pode conter um breve histórico sobre o tema a ser abordado, a importância e a necessidade de realizar o presente projeto) **Justificativa:** (Qual a importância do que se pretende fazer, no âmbito do projeto pedagógico da escola)

**Objetivo:** (Explicita qual a importância dos conteúdos para a formação do aluno. O que se pretende alcançar (conhecimentos adquiridos, mudanças de atitude e/ou habilidades conquistadas))

**Conteúdo:** (Especificar os principais conteúdos curriculares a serem trabalhados para atingir os objetivos propostos. (O que se pretende fazer))

**Atividades:** (Como vou ensinar - procedimentos e estratégias para se chegar aos objetivos. Explicita a forma de encaminhamento das aulas, considerando o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.)

Avaliação: (Como vou avaliar? Quais as principais aquisições os alunos precisam demonstrar? - Seleção de instrumentos e definição de critérios que estabelecem os propósitos e a dimensão do que se avalia. Os critérios refletem de que maneira vai se avaliar.): Referências Bibliográficas: (o que estudei, consulte para elaborar e desenvolver meu plano)

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosana, **A. Atividades Curriculares Desportivas como espaço de vivência competitiva e recreativa. S/D.** Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física. Universidade São Francisco, Bragança Paulista -SP.

ALMEIDA, Luiz Tadeu Paes de. **Iniciação Esportiva na escola – a aprendizagem dos esportes coletivos.** Disponível em: <http://www.boletimef.org.br>. Acesso em: 25 out. 2020.

ANDRÉ, M. E. D. **A. Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papyrus, 1995. Arantes, A.; Martins, F.; Sarmiento, P. **Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica** Motricidade, vol. 8, núm. Supl. 2, 2012, pp. 916-924

BARBIERI, Fabio A.; BENITES, Larissa C.; MACHADO, Afonso **A. Especialização precoce: Algumas implicações relacionadas ao futebol e futsal. Especialização Esportiva Precoce: Perspectivas Atuais da Psicologia do Esporte – Jundiaí, SP:**

Fontoura, 18/09/2007 – 19:27. BARROSO, André L. R.; DARIDO, Suraya C. **Escola, Educação Física e Esporte: Possibilidades Pedagógicas.** Revista Brasileira da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, Rio Claro, v. 1, n. 4, p.101-114, dez. 2006

BETTI, M. KNIJNIK, J. VENÂNCIO, L. SANCHES NETO, L. DAOLIO, J. **Teoria do Se movimentar e a formação de sujeitos emancipados, autônomos e críticos: o exemplo do currículo de Educação Física do Estado de São Paulo.** Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1631-1653, out./dez. de 2014.

BETTI, M. **Educação Física e Sociedade.** São Paulo: Movimento, 1991.

BETTI, M. **Ensino de 1º e 2º graus: educação física para quê?**, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 13, n. 2, p. 282-287, jan. 1992.

BRASIL, MEC, SEB, DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: BRASIL, 2013.

BRASIL, MEC. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução.** Brasília. 1997 BRASIL. Lei n. 9.394  
Diretrizes e bases da educação nacional: promulgada em 20/12/1996. Brasília, Editora do Brasil, 1996.

BRASIL, MEC, SEB, DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: BRASIL, 2013.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 2009.

CONFED- Conselho Federal de educação Física  
Escolar. Revista EF , Rio de Janeiro , n. 5, dez. 2002.  
Disponível em : [http://  
www.confed.org.br/extra/revistaef/show.asp?  
id=3457](http://www.confed.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3457)> . Acesso em : 24 jun. 2020 DA C. RODRIGUES,  
ALESSANDRA HOURNEAUX DE M. “ATIVIDADES  
CURRICULARES DESPORTIVAS – ACD.” Turmas de  
ACD - Data para entrega do(s) plano(s) anua de  
trabalho juntamente com a(s) lista(s) completa(s) dos  
alunos atualizada(s) no sistema GDAE, 10 /02 /2014,  
[http://efdersv.blogspot.com/2014/02/turmas-de-acd-  
data-para-entrega-dos.html](http://efdersv.blogspot.com/2014/02/turmas-de-acd-data-para-entrega-dos.html). Acesso em 08 de agosto .  
2020 DARIDO, S. C., RANGEL-BETTI, I. C. A., RAMOS,  
G. N. S., GALVÃO, Z., FERREIRA, L. A, SILVA, E. V. M.,  
RODRIGUES, L. H., SANCHES, L., PONTES, G. &  
CUNHA, F. A Educação Física, a formação do cidadão e  
os Parâmetros Curriculares Nacionais. Revista  
Paulista de Educação Física, n. 15, p. 17-32, 200 EYNG,  
Ana Maria. Currículo escolar. Curitiba: Xibpex, 2010.  
FINK, Silvia Christina Madrid. A Educação Física e o  
esporte na escola : Cotidiano, saberes e formação – 2.  
Ed. rev. Curitiba: Ibpex ,2011.

FINK, S. C. M. Educação Física e esporte: Uma visão na escola Pública.1995. Dissertação ( Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba , 1995.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Educação Física e pedagogia: a questão dos conteúdos. UFRGS (texto), 1990, 7p. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002

GOES, André T. R. Atividades Curriculares Desportivas. 38 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Unesp, Bauru, 2010.

Grupo Voll. “A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO.” Blog Educação Física,23 de junho de 2017,

<https://blogeducacaofisica.com.br/educacao-fisica-escolar/>. Acesso em : 10 de setembro.2020. KOLYNIK

FILHO, C. Construindo conceitos: contribuições para a sistematização do conteúdo conceitual em educação física: anos finais do ensino fundamental. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2012

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: pedagogia crítico – social dos conteúdos. SP: Loyola, 1985.

SAWITZKI, R. L. . Esporte escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana. Motrivivencia (UFS) , v. 31, p. 132-142, 2008. MORAIS, A,G .O ensino dos esportes coletivos nas atividades curriculares esportivas: a questão metodológica e expectativas dos professores e alunos . 2017.Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física. Unesp. Bauru , 2017

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. CURRÍCULO, CONHECIMENTO E CULTURA: Currículo ,Cultura e Sociedade. In: (TV Escola), Boletim Salto para o Futuro: Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental, ano XX, Boletim 17, 2007. Disponível em<[salto.acerp.org.br/fotos/salto/series/105224Indagacoes2.pdf](http://salto.acerp.org.br/fotos/salto/series/105224Indagacoes2.pdf)>. Acesso em 25 de março.2020.

Ramos, A. M., & Neves, R. L. R. (2008). A INICIAÇÃO ESPORTIVA E A ESPECIALIZAÇÃO PRECOCE À LUZ DA TEORIA DA COMPLEXIDADE – NOTAS INTRODUTÓRIAS. Pensar a Prática, 11(1), 1-8.

ROSA, Lucas Braga do Couto. Atividades curriculares desportivas: relações entre o currículo oficial do Estado de São Paulo para a Educação Física e as turmas de basquete. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-

Graduação em Educação Física, Universidade Federal  
SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação.  
do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens,  
SÃO PAULO, SÃO. Diário Oficial Poder Executivo.  
códigos e suas tecnologias/ Secretaria da Educação:  
Resolução SE 4, de 15-1-2016, 16 01 2016,  
coordenação geral, Maria Inês Fini; - São Paulo: SEE,  
[https://egoesp.com/comunicados\\_leis/acd\\_res\\_se\\_4-](https://egoesp.com/comunicados_leis/acd_res_se_4-2016_de_15_01_2016.pdf)

2016\_de\_15\_01\_2016.pdf. Acesso em 20 07 2020  
SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 173, de 05 de  
SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação.  
dezembro de 2002. Dispõe sobre as sessões de  
Proposta Curricular do Estado de São Paulo:

Atividades Curriculares Desportivas nas unidades  
Educação Física. São Paulo: SEE, 2008.

escolares da rede pública estadual. São Paulo, n.173,  
2002.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 14, de 02 de  
fevereiro de 2010. Dispõe sobre as sessões de  
Atividades Curriculares Desportivas – ACD, nas  
unidades escolares da rede pública estadual. São  
Paulo, n.14, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 02, de 14 de  
janeiro de 2014. Dispõe sobre as sessões de Atividades  
Curriculares Desportivas – ACD, nas unidades  
escolares da rede pública estadual. São Paulo, n.02,  
2014a.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 74, de 30 de dezembro de 2014. Altera dispositivos da Resolução SE 2, de 14-01-2014, que dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas nas unidades escolares da rede pública estadual. São Paulo, n.74, 2014b.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 02, de 10 de janeiro de 2015. Altera dispositivos da Resolução SE 2, 14-01-2014, que dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas, nas unidades escolares da rede pública estadual, e da Resolução Se 75, de 28-11-2013, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério. São Paulo, n.02,2015.

SÃO PAULO. Diário Oficial Poder Executivo. Resolução SE nº. 14, de 18 de fevereiro e 171. Educação: Gabinete do Secretário. São Paulo, SP, 19 de fev. 1971. p.21.

SÃO PAULO. “Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo.” Bolsa Talento Esportivo, 20 de abril.2020, <https://www.esportes.sp.gov.br/bolsa-talento/>.

Acesso em 10 de agosto. 2020

SÃO PAULO . “Lei Paulista de Incentivo ao Esporte.”

Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, 22 01 2020,

<https://www.esportes.sp.gov.br/lei-paulista-de-incentivo-ao-esporte/>. Acesso em 18 de agosto.2020.

SÃO PAULO. “JEESP.” Jogos Escolares dos Estado de São Paulo, 20 04 2020,

<https://www.esportes.sp.gov.br/jeesp/>. Acesso em 08 de agosto.2020.

SAWITZKI, R. L. . Esporte escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana. Motrivivencia (UFS) , v. 31, p. 132-142, 2008.

TAFFAREL, Celi N. Z. Educação Física e os problemas sociais da região nordeste do Brasil. Recife: [s.n.], 1993.